

---

**MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Recursos Hídricos**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 21 DE JUNHO DE 2000.**

Disciplina a solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio federal.

O Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso das suas atribuições, considerando o disposto na Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, e no Decreto nº 2.972, de 1º de março de 1999, resolve:

**CAPITULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** A outorga de direito de uso de recursos hídricos, bem como a alteração, renovação, transferência e desistência de outorga, em corpos d'água sob jurisdição da União, e o cadastramento dos usos que independem de outorga, será solicitada mediante formulários próprios, conforme os procedimentos e as condições a serem observadas nos termos desta IN, e no cumprimento das demais exigências legais.

§ 1º Para fins desta Instrução Normativa - IN, considera-se:

- I - **AÇUDES OU BARRAMENTOS**: obras em que o eixo do maciço intercepta o talvegue de um curso d'água, objetivando a formação de um reservatório a montante, tendo como principal finalidade a regularização das vazões liberadas a jusante, por meio de estruturas controladoras de descargas.
- II - **ÁGUAS SUBTERRÂNEAS**: água que transita no subsolo infiltrada através do solo ou de suas camadas subjacentes, armazenada na zona de saturação e suscetível de extração e utilização.
- III - **ALTERAÇÃO DE OUTORGA**: ato administrativo mediante o qual o MMA/SRH, a pedido do requerente, ou por interesse da Administração, poderá alterar as condições estabelecidas no ato de outorga.
- IV - **BACIA HIDROGRÁFICA**: área de drenagem de um curso d'água ou lago.
- V - **BARRAGENS DE NÍVEL, DIQUES OU SOLEIRAS**: estruturas galgáveis em que o eixo do maciço intercepta o talvegue de um curso d'água, objetivando a elevação do nível de água a montante, tendo como principal finalidade a garantia de níveis mínimos, para as estruturas de captação instaladas.
- VI - **CONVALIDAÇÃO**: ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado.
- VII - **CORPO HÍDRICO**: curso d'água, reservatório artificial ou natural, lago, lagoa ou aquífero subterrâneo.
- VIII - **CURSO D' ÁGUA**: canal natural para drenagem de uma bacia, tais como, boqueirão, rio, riacho, ribeirão ou córrego.
- IX - **DESISTÊNCIA DE OUTORGA**: comunicado do outorgado ao MMA/SRH, mediante preenchimento de formulário específico informando a desistência de sua outorga de direito de uso de recurso hídrico.
- X - **INTERFERÊNCIA**: toda e qualquer atividade ou empreendimento que altere as condições de escoamento de recursos hídricos, criando obstáculo ou modificando o fluxo das águas.
- XI - **NAVEGAÇÃO**: o uso de recurso hídrico para o transporte fluvial, quando demandar a manutenção de vazões mínimas nos cursos d'água.
- XII - **OBRA HIDRÁULICA**: qualquer obra permanente ou temporária, capaz de alterar o regime natural das águas, e também as condições qualitativas e quantitativas.

- XIII - **OBRAS DE CONTENÇÃO E PROTEÇÃO DE MARGENS:** toda obra, conjunto de obras ou serviços, destinado a proteger e manter as seções de cursos d'água e reservatórios.
- XIV - **OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS:** ato administrativo, de autorização, mediante o qual o Poder Público outorgante faculta ao outorgado o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato.
- XV - **OUTORGADO:** titular da outorga de direito de uso de recursos hídricos que responda legalmente por todas as obrigações decorrentes do ato de outorga.
- XVI - **OUTORGANTE:** autoridade com poderes para emitir a outorga de direito de uso de recurso hídrico.
- XVII - **RACIONAMENTO:** limitação do consumo dos recursos hídricos, determinada pelo MMA/SRH, a fim de garantir a distribuição equitativa para todos os usuários outorgados de uma bacia hidrográfica
- XVIII - **RENOVAÇÃO DE OUTORGA:** ato administrativo mediante o qual o MMA/SRH renovará o direito de uso de recurso hídrico, anteriormente emitido, mantidas as demais condições, observadas as normas, critérios e prioridades de uso do recurso hídrico.
- XIX - **REQUERENTE:** toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que requeria junto ao MMA/SRH a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
- XX - **REVOGAÇÃO DE OUTORGA:** ato administrativo mediante o qual o MMA/SRH invalidará a outorga, por motivo de conveniência, oportunidade ou pelo cometimento de infração pelo outorgado.
- XXI - **SUSPENSÃO DE OUTORGA:** ato administrativo mediante o qual o MMA/SRH fará cessar por tempo determinado os efeitos da outorga, quando ocorrer descumprimento de quaisquer condições nele expressas ou na legislação pertinente ou na ocorrência de eventos hidrológicos críticos.
- XXII - **TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA:** ato administrativo mediante o qual o outorgado requer ao poder outorgante a transferência de sua outorga, mantendo-se todas as condições do ato de outorga original, inclusive quanto ao prazo, estando sujeita à aprovação do poder outorgante.
- XXIII - **TRANSPosição:** transposição de água e/ou efluentes entre mananciais hídricos pertencentes a bacias hidrográficas distintas.
- XXIV - **TRAVESSIA:** qualquer obra de engenharia podendo ser aérea, subterrânea ou intermediária
- XXV - **USO DOS RECURSOS HÍDRICOS:** toda e qualquer atividade que altere, de qualquer modo as condições qualitativas ou quantitativas das águas superficiais ou subterrâneas, ou interfiram em outros tipos de usos.
- XXVI - **USO INSIGNIFICANTE:** É o uso de recurso hídrico para o atendimento das necessidades básicas, tais como higiene, alimentação e produção de subsistência, em unidade residencial uni-familiar em local onde não haja sistema de abastecimento público e as derivações, captações, lançamentos e acumulações consideradas insignificantes pelo Plano de Recursos Hídricos da respectiva bacia.
- XXVII - **USUÁRIO:** toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que faça uso de recursos hídricos e que faça uso dos recursos hídricos que independem de outorga, nos termos previstos no § 1º do art. 12, da Lei 9.433/97, sendo obrigatório o cadastro junto ao MMA/SRH.

Art. 2º Estão sujeitos à outorga:

I – derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo d'água, para consumo final ou insumo de processo produtivo;

II – lançamentos de efluentes e demais resíduos líquidos ou gasosos, direta ou indiretamente lançados, tratados ou não, com o fim de diluição, transporte ou disposição, de qualquer fonte poluidora em corpos d'água, observada a legislação ambiental;

III – aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

IV - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo hídricos e demais resíduos líquidos.

Art. 3º A outorga de direito de uso dos recursos hídricos será do tipo **autorização** e não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

## **CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE OUTORGA**

Art. 4º É competente para autorizar a outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, a Secretaria de Recursos Hídricos do Meio Ambiente - MMA/SRH, que poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência, também, para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de seu domínio.

## **CAPÍTULO III DO PRAZO DA OUTORGA**

Art. 5º Toda outorga de direito de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo, não superior a trinta e cinco anos, renovável.

Parágrafo único. Na outorga para concessionárias e autorizadas de serviços públicos, o prazo não poderá ser superior ao constante do contrato de concessão ou autorização.

## **CAPÍTULO IV DAS MODALIDADES DE OUTORGA**

Art. 6º Para efeito desta IN, são modalidades de outorga:

**I - DERIVAÇÃO OU CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CURSO NATURAL OU DEPÓSITO SUPERFICIAL:** é toda retirada de água, proveniente de qualquer corpo hídrico.

**II - LANÇAMENTO DE ESGOTOS E DEMAIS RESÍDUOS, LÍQUIDOS OU GASOSOS, EM UM CORPO HÍDRICO:** é todo lançamento de líquidos ou gases em cursos d'água, lago, aquífero ou mar territorial.

**III - USOS QUE DEMANDEM A EXECUÇÃO DE OBRAS HIDRÁULICAS:** enquadram-se nesta classificação os açudes, os barramento, os tanques, os viveiros, e os reservatórios, os canais de desvio, de derivação ou de drenagem, para qualquer finalidade, as travessias, por qualquer tipo de construção e as obras de canalização.

**IV - SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DE CURSOS D'ÁGUA:** é a manutenção de corpo d'água, para limpeza e desassoreamento, contratada ou executada por Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, desde que sejam observadas as condições previstas no ato de outorga. Incluem-se nesta classificação, os serviços de limpeza de trechos de cursos d'água próximos a pontos de captação de água para qualquer finalidade, executados por pessoas físicas ou jurídicas, objetivando manter os níveis e condições da captação prevista no ato de outorga.

## **CAPÍTULO V DAS MODALIDADES DOS USOS DE RECURSOS HÍDRICOS QUE INDEPENDEM DE OUTORGA:**

Art. 7º Para efeito desta IN, são modalidades de uso que independem de outorga:

**I – CONSUMO HUMANO DE PEQUENOS NÚCLEOS POPULACIONAIS, DISTRIBUÍDOS NO MEIO RURAL:** são os usos destinados ao abastecimento de pequenas comunidades e aglomerados populacionais localizados em área rural.

**II - OBRAS EMERGENCIAIS DE DEFESA CONTRA CALAMIDADES PÚBLICAS:** a execução de obras emergenciais que visem a promover a defesa contra calamidade pública, especialmente em áreas urbanizadas, executadas ou contratadas por Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, no termos da legislação pertinente.

**III - SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE CONTENÇÃO E PROTEÇÃO DE MARGENS E ESTUÁRIOS:** os serviços de contenção e proteção de margens de cursos d'água, mananciais, matas de galeria, estuários e praias, objetivando o controle da erosão, em situações de risco iminente.

**IV - USOS CONSIDERADOS INSIGNIFICANTES:** as derivações, captações, lançamentos e acumulações de volumes de água, considerados insignificantes, independem de outorga. A quantificação de vazões e volumes de reservatórios considerados insignificantes deverá ser objeto de definição por parte dos planos de recursos hídricos de cada bacia ou, na falta destes, do poder outorgante.

Parágrafo único. Os usuários que se enquadrarem nestas modalidades deverão, obrigatoriamente, cadastrar-se junto à SRH/MMA.

## **CAPÍTULO VI DAS FINALIDADES DOS USOS DE OUTORGA**

Art. 8º Para efeito desta IN são finalidades de uso de outorga:

**I - ABASTECIMENTO INDUSTRIAL:** o uso em que o recurso hídrico constitui matéria prima de produção e insumo para o processo produtivo.

**II - AQUICULTURA:** o uso de recurso hídrico para a criação e/ou comércio de peixes e espécies aquáticas, utilizando-se de tanques, viveiros ou açudes.

**III - DESSEDENTAÇÃO ANIMAL:** o uso de recurso hídrico para insumo na criação de animais seja em projetos de criação intensiva ou extensiva.

**IV - IRRIGAÇÃO:** o uso de recurso hídrico para atendimento a demandas de irrigação.

**V - MINERAÇÃO:** o uso de recurso hídrico em qualquer processo de mineração, incluindo as etapas previstas no Código de Mineração.

**VI - RECREAÇÃO, TURISMO E PAISAGISMO:** o uso de recurso hídrico em atividades de recreação e turismo tais como piscinas, lagos para pescaria, esportes náuticos e ainda para composição paisagística de ambientes.

**VII - SANEAMENTO BÁSICO:** são os sistemas de captação, tratamento, adução e distribuição de água, bem como a coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos. Enquadra-se nesta finalidade o atendimento das necessidades de higiene e saúde pública, para núcleos populacionais, usos em empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços.

**VIII - VAZÃO ECOLÓGICA:** a vazão mínima necessária para garantir a preservação do equilíbrio natural e a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos.

## **CAPÍTULO VII DA RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Art. 9º O MMA/SRH poderá renovar os prazos estabelecidos nos atos de outorga. A renovação da outorga somente se aplicará a empreendimentos nos quais sejam mantidas as mesmas condições estabelecidas no ato de outorga anterior.

Art. 10. O outorgado interessado em renovar a outorga deverá apresentar requerimento junto ao MMA/SRH, com antecedência de até cento e oitenta dias do término de validade da outorga.

Art. 11. A solicitação de renovação será feita nos termos do art. 23 a 27 desta IN.

## **CAPÍTULO VIII DA ALTERAÇÃO DE OUTORGA**

Art. 12. A alteração de outorga de direito de uso poderá ocorrer a pedido do requerente ou por interesse da Administração.

Art. 13. O Requerente que solicitar a alteração procederá nos termos do art. 23 e 27 desta IN.

Art. 14. A alteração por interesse da Administração ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - existência de conflito com as normas supervenientes;

II - quando os estudos de planejamento local ou regional indicarem a necessidade de revisão dos sistemas outorgados;

III - quando necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos prevista no art. 13 da Lei 9.433, de 1997;

IV - superveniência de caso fortuito ou força maior.

## **CAPÍTULO IX DA TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA**

Art. 15. Ao requerimento de transferência de outorga de direito de uso, será anexada carta de anuência ou documento similar do antigo usuário com a firma do reconheceda em cartório, juntamente com o ato de outorga publicado no Diário Oficial da União.

Art. 16. A transferência de outorga não isenta o outorgado de responder por eventuais infrações cometidas durante o prazo em que exerceu o direito de uso do recurso hídrico.

## **CAPÍTULO X DA DESISTÊNCIA**

Art. 17. O interessado deverá comunicar ao MMA/SRH a desistência da sua outorga de direito de uso, que o fará de maneira irretratável, a qualquer tempo, mediante formulário fornecido por esse Órgão, ficando sujeito a responder por eventuais infrações cometidas durante a vigência da outorga.

Art. 18. Para os casos de desistência de utilização de recurso hídrico, correspondendo à totalidade de uma outorga preexistente, deverá ser preenchido o formulário Comunicação de Desistência de Outorga de Direito de uso de Recursos Hídricos, reconheceda a firma do outorgado em cartório, juntando-se também a portaria de outorga publicada no Diário Oficial da União.

## **CAPÍTULO XI DA REVOGAÇÃO DA OUTORGA**

Art. 19. O requerente que não fizer uso dos recursos hídricos outorgados, durante três anos consecutivos, terá sua outorga revogada. Os efeitos serão a partir do momento que a outorga for revogada.

## **CAPÍTULO XII DA SUSPENSÃO DA OUTORGA**

Art. 20. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa, pelo poder outorgante, parcial ou totalmente.

Art. 21. A suspensão não dá direito de indenização ao usuário. Implica, automaticamente, o corte ou redução dos usos outorgados.

Art. 22. As circunstâncias para suspender a outorga são as seguintes:

I - necessidade de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

II - necessidade de prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

III - necessidade de serem atendidos os usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;

IV - necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo hídrico.

V - não pagamento dos valores fixados para cobrança pelo uso de recursos hídricos segundo prazos e critérios estabelecidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica correspondente ou, em sua ausência, pelo Poder Outorgante;

VI - no caso de ser instituído regime de racionamento de recursos hídricos;

## **CAPÍTULO XIII DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE OUTORGA**

Art. 23. Para pleitear o direito de uso de recursos hídricos, o requerente/usuário deverá preencher os formulários conforme a finalidade do uso, obrigatoriamente, e conforme as especificações que forem ali determinar enviar a documentação e as informações solicitadas.

Art. 24. O MMA/SRH poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios necessários ao processo de outorga.

Art. 25. O MMA/SRH poderá solicitar a complementação de documentos apresentados e informações adicionais, quando os mesmos forem considerados insuficientes.

Art. 26. Serão exigidos os originais ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

I – Termo de anuência dos proprietários atingidos - nas solicitações de autorização para obras hidráulicas que impliquem inundação de áreas de terceiros.

II — Licença ambiental (de acordo com o estágio do projeto) com o respectivo parecer técnico aprovando as características físico-químicas dos efluentes lançados ou prova de sua inexigibilidade emitida pelo órgão de controle ambiental competente - nas solicitações de outorga para lançamento de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos.

III – Carta de anuência do outorgado com firma reconhecida em cartório e cópia da portaria de outorga - nas solicitações de transferência de outorga.

IV – Comprovante de pagamento de emolumentos.

## **CAPÍTULO XIV DO ARQUIVAMENTO DOS PROCESSOS**

Art. 27. Serão arquivados os processos que, após terem sido avaliados e solicitados as informações e documentos necessários, o requerente ou seu procurador o deixar paralisado por um prazo de seis meses a contar da data da solicitação.

## **CAPÍTULO XV DOS FORMULÁRIOS**

Art. 28. Para o pedido de direito de uso de recursos hídricos serão fornecidos e exigidos, pelo MMA/SRH, os seguintes formulários e da documentação neles prevista:

- I - Requerimento de direito de uso de recursos hídricos;
- II - Dados Cadastrais;
- III - Captação de Água;
- IV - Lançamento de Efluentes;
- V - Obras Hidráulicas;
- VI - Irrigação;
- VII - Saneamento Básico;
- VIII - Indústria;
- IX - Dessedentação Animal;
- X - Aquicultura;
- XI - Outros usos;
- XII - Transferência de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- XIII - Mineração;
- XIV - Desistência de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- XV - Cadastro de Usos Insignificantes.

Art. 29. Para fins de cadastramento de usos que independem de outorga, será fornecido e exigido pelo MMA/SRH, o preenchimento do Formulário Cadastro de Usos Insignificantes de Recursos Hídricos.

## **CAPÍTULO XVI DAS EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES**

Art. 30. Os estudos hidrológicos, referentes à qualidade da água, hidráulicos, hidrogeológicos, projetos e obras hidráulicas deverão ter como responsável técnico, profissional, empresa ou instituição com habilitação no órgão profissional competente, exigindo-se o número de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART correspondente, quando se tratar de obra de grande porte, a critério do MMA/SRH;

Art. 31. A critério do MMA/SRH, poderão ser exigidos esclarecimentos ou documentação complementar àquelas estabelecidas na presente IN;

Art. 32. O MMA/SRH poderá executar ou delegar a órgãos da administração federal, estadual e do Distrito Federal a vistoria ou fiscalização das outorgas ou das etapas de construção ou operação de obras.

Art. 33. No caso de captação de água em reservatórios destinados a qualquer finalidade, inclusive quando construídos pela União, o MMA/SRH deverá consultar previamente o responsável pelo reservatório.

## **CAPÍTULO XVII DAS FORMAS DE EXTINÇÃO DA OUTORGA**

Art. 34. A outorga do direito de uso de recursos hídricos extingue-se, sem qualquer direito de indenização ao usuário mediante as seguintes circunstâncias:

I - ausência de uso por três anos consecutivos;

II - morte do usuário - pessoa física;

III - liquidação judicial ou extrajudicial do usuário - pessoa jurídica;

IV - término do prazo de validade de outorga sem que tenha havido tempestivo pedido de renovação;

V - indeferimento ou cassação da licença ambiental.

Art. 35. No caso de morte do usuário ou liquidação judicial ou extrajudicial do usuário - pessoa física, os interessados em prosseguir na utilização da outorga poderão apresentar sua solicitação ao poder outorgante e este poderá estender aos legítimos interessados, o direito de utilizarem a outorga até o final do prazo originário da outorga.

## **CAPÍTULO XVIII DAS OBRIGAÇÕES DOS REQUERENTES/OUTORGADOS/USUÁRIOS**

Art. 36. Será obrigatório o cadastro para qualquer tipo de uso de recurso hídrico, como também a comunicação ao MMA/SRH da desistência do uso outorgado.

Art. 37. Os atos de outorga não eximem o outorgado/usuário do cumprimento da legislação ambiental pertinente, ou das exigências que venham a ser feitas por outros órgãos e entidades competentes;

Art. 38. Os outorgados/usuários que construírem e operarem obras hidráulicas deverão cumprir as regras, exigências e condições estabelecidas nos atos de outorga;

Art. 39. São de responsabilidade exclusiva do outorgado/usuário, quaisquer danos causados ao meio ambiente e a terceiros em decorrência de condições inadequadas de manutenção, operação ou funcionamento das obras;

Art. 40. Os outorgados devem cumprir todas as condições estabelecidas nos atos de outorga, ficando sujeitos às sanções cabíveis pelo descumprimento das mesmas, e pelos eventuais prejuízos causados a terceiros, decorrentes do uso inadequado da outorga;

Art. 41. Os atos de outorga sujeitarão o interessado ao pagamento de emolumentos, cujos valores serão atualizados, e sua publicação se dará no Diário Oficial da União.

Art. 42. Quando a outorga abranger direito de uso múltiplo de recurso hídrico, o outorgado ficará responsável pela observância concomitante de todos os usos outorgados.

Art. 43. As despesas decorrentes da publicação dos pedidos de outorga serão pagas pelo Requerente.

Art. 44. O outorgado deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada e lançada.



---

## **CAPÍTULO XIX DAS INFRAÇÕES**

Art. 45. Constitui infração das normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos:

I - derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;

II - iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;

III - utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;

IV - perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização;

V - fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;

VI - infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes;

VII - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.

## **CAPÍTULO XX DAS PENALIDADES**

Art. 46. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito as seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

I - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;

II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de R\$100,00 (cem reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais);

III - embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;

IV - embargo definitivo, com revogação da outorga, se for o caso, para repor *incontinenti*, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

V - sempre que da infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.

VI - No caso dos embargos provisórios e definitivos, independentemente da pena de multa, serão cobradas do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos artigos 36, 53, 56 e 58 do Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 1º Da aplicação das sanções previstas neste artigo caberá recurso à autoridade administrativa competente, e em última instância, ao Ministro do Meio Ambiente.

§ 2º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

## **CAPÍTULO XXI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 47. Os requerimentos de outorga e seus anexos deverão ser protocolizados no MMA/SRH ou nos órgãos credenciados para tal fim, em cuja jurisdição se localizam os recursos hídricos a serem outorgados.

Art. 48. Os requerimentos de outorga poderão ser apresentados aos órgãos credenciados nas seguintes formas:

I - PELO CORREIO: encaminhando os requerimentos e fichas cadastrais, em papel - formulários, ou em meio magnético - disquetes, bem como cópia autenticada de documentos, quando exigido;

II - POR MEIO DE FAX: encaminhando os requerimentos e fichas cadastrais, bem como cópia autenticada de documentos, quando exigido;

III - PELA INTERNET, no endereço [http://www.mma.gov.br/port/SRH/outorg\\_n.html](http://www.mma.gov.br/port/SRH/outorg_n.html);

IV - DIRETAMENTE NOS ÓRGÃOS CREDENCIADOS: entregando os formulários padronizados em papel ou disquete.

Art. 49. As despesas decorrentes da publicação dos pedidos de outorga serão pagas pelo Requerente. O pagamento dos emolumentos deverá ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil S.A. Os dados da conta corrente e agência serão divulgados oportunamente.

Art. 50. Os pedidos de outorga serão publicados no Diários Oficial da União, em forma de extrato, no qual deverá constar, no mínimo a identificação e localização do corpo hídrico, a fonte de captação, derivação ou lançamento, o volume e os tipo de usos pretendidos.

Art. 51. O poder público outorgante aguardará trinta dias, contados da data da publicação no Diário Oficial da União do pedido de outorga, para decidir sobre o pedido, e no prazo mencionado, qualquer pessoa física ou jurídica, privada ou pública poderá apresentar impugnação referente ao pedido de outorga perante o poder público outorgante.

Art. 52. Caso a fiscalização verifique inexistência do Requerente quanto à documentação apresentada, serão aplicadas as sanções cabíveis.

Art. 53. Ficam convalidados os atos de outorga anteriores à Lei nº 9.433, de 1997, observados os prazos de validade estabelecidos nos respectivos atos de outorga, atendidas as exigências da legislação em vigor.